REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA
PROPOSTA DE LEI DO
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2012

PARLAMENTO NACIONAL

9 de Novembro de 2011

Sua Excelência,
Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Distintos Deputados
Distintos Membros do Governo
Representantes da Sociedade Civil
Senhoras e Senhores,

Hoje, vimos apresentar o Orçamento Geral do Estado para o ano de 2012, o último orçamento da legislatura do IV Governo Constitucional e, portanto, aquele que encerra o cumprimento dos compromissos assumidos por este Governo.

Quando este Governo tomou posse, assumiu uma agenda ambiciosa consubstanciada no Programa que foi aprovado por este Parlamento Nacional e, partindo do princípio que existiam muitas prioridades, soube passar a uma definição anual clara dos programas que permitissem, ano a ano, fazer os avanços necessários e desejados.

Tínhamos sobretudo vontade política para mudar o estado da Nação e encarámos as dificuldades económicas, sociais e de segurança vigentes, como um desafio a para o qual deveríamos estar preparados para ultrapassar. A equipa governamental que me acompanha desde há quatros anos, com trabalho e responsabilidade, correspondeu ao apelo de reforma, que foi lançando pelo nosso povo e imprimiu um marco de mudança para o país.

A reforma é, assim, o marco deste Governo que deixamos para o futuro!

Com reformas arrojadas, conseguimos consolidar a estabilidade e a segurança e iniciar um sistema produtivo rumo ao desenvolvimento sustentável que, a prazo, irá proporcionar aos timorenses mais emprego e mais opções.

Excelências
Senhoras e senhores,

Por estarmos no último ano do mandato do Governo da AMP, coligação pioneira de 5 partidos, não posso deixar de lembrar que na formulação constitucional de Timor-Leste, o governo é escolhido pelo partido mais votado ou por uma aliança de partidos com maioria parlamentar.

Quando, em Agosto de 2007, recebemos as rédeas do país, a Nação vivia numa situação delicada de fragilidade, pautada por episódios de instabilidade e violência, como que afirmando que nos iríamos tornar num Estado falhado.

De facto, a AMP ofereceu a tão necessária estabilidade governativa, a condição *sine qua non* para servir os melhores interesses do Povo e do País.

Sabemos que não fizemos tudo e disso temos consciência. Mas em tudo o que pôde ser feito, reconhecemos também que o Governo não fez tudo sozinho. Sempre contámos com a participação activa de Sua Excelência o Presidente da República e com a colaboração dinâmica e fulcral do Parlamento Nacional – tanto dos deputados da AMP como dos deputados da oposição e, diga-se de passagem, uma oposição forte e esclarecida – para encontrar as soluções para resolver outros problemas críticos, que o Estado enfrenta neste processo da sua própria construção.

Tentámos governar em diálogo com todas as Instituições do Estado, tentámos ouvir a nossa Sociedade Civil e procurámos envolver todos os cidadãos timorenses.

Assim, deve-se dizer que, se vivemos hoje uma situação mais estável e um clima de maior confiança no futuro, isso deve-se sobretudo e principalmente ao nosso Povo. Se, felizmente, conseguimos passar a mensagem política correcta para o país, o nosso povo soube interpretá-la e usá-la para mudar a imagem deste país.

De uma forma muito resumida, a mudança que incutimos no país, é consequência das seguintes medidas implementadas:

1. Reformas profundas na gestão da administração do Estado;
2. Reformas cruciais no sector da defesa e da segurança – capacitando e profissionalizando as Forças da Defesa e da Polícia;
3. Estabelecimento de sistemas e estruturas com vista a garantir a boa governação e a transparência, incluindo a capacitação das instituições e agentes do sector da Justiça;
4. Desenvolvimento de políticas fundamentais na área da educação, saúde e agricultura;
5. Reconhecimento dos veteranos e idosos e outras vítimas que, directamente ou indirectamente, sofreram danos físicos, morais e psicológicos, consequentes da luta pela Independência, através de políticas sociais mais justas e apoio financeiro para aliviar a sua pobreza;
6. Arranque de um plano de infra-estruturas básicas integradas, para permitir o desenvolvimento dos sectores produtivos do país;
7. Promoção, no sector económico, de uma política coerente, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento do embrionário sector privado nacional.

Foi a iniciar este clima de mudança que encerrámos o ano de 2009, com o mote 'Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento'. Foi já num clima de confiança e optimismo, consequência de um 'Crescimento Económico sem precedentes', que encerrámos o ano de 2010 e, agora, ao chegarmos ao final do ano de 2011, posso dizer que acabamos o ano com uma prospectiva clara daquilo que podemos ser daqui a 20 anos, uma Nação forte e próspera, em conformidade com o 'Plano Estratégico de Desenvolvimento' que pertence e foi assumido pelo nosso Povo, porque reflecte as suas aspirações.

Sua Excelência
Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Distintos Deputados

Senhoras e senhores,

O ano de 2012 é um ano de grande importância para a nossa jovem democracia e para o seu processo de consolidação, enquanto Nação soberana, tolerante e em franco desenvolvimento.

No próximo ano celebramos datas históricas fundamentais, que nos ligam ao passado mais recente de luta pela independência e às raízes mais antigas que nos tornam únicos no contexto da região e do mundo. Para além da celebração do **10º aniversário da Restauração da Independência**, 2012 assinala ainda os 100 anos da Revolta de Manufahi e os 500 anos da chegada dos primeiros portugueses a Timor-Leste.

Por outro lado, **em 2012, terão lugar as eleições presidenciais e legislativas** que serão as terceiras eleições democráticas no nosso País.

Em Janeiro deste ano, na apresentação do OGE 2011, apelei para que todos 'disseminássemos os valores da moral política e que aprofundássemos a confiança do Povo no futuro, consolidando assim a harmonia social pela estabilização da tolerância democrática'. Hoje, não posso deixar de expressar aqui, neste Parlamento Nacional, os meus mais profundos votos a todo o povo e à juventude em especial, assim como a todos quantos são responsáveis no destino deste País, para que mostremos ao mundo que sabemos exercer os nossos direitos com responsabilidade e que, juntos, garantiremos que os processos eleitorais decorram num clima efectivo de tranquilidade e de harmonia social e política.

Também em 2012, e depois das eleições, com a expressão de profundo agradecimento pela prestigiosa ajuda, assistiremos à retirada das Forças Internacionais de Estabilização (ISF) e da Missão Integrada das Nações Unidas (UNMIT), para a qual já endossámos o Plano Conjunto de Transição, o que significa que retomaremos enfim a responsabilidade total nos nossos destinos.

Posso ainda dizer que temos suficientes razões para ter orgulho na nossa Nação. Orgulho em sermos timorenses. Agora que vivemos num clima de paz e tranquilidade, é absolutamente espantoso observar o quanto o nosso povo é, por natureza, tolerante e pacífico.

Vivemos em perfeita harmonia com a diversidade cultural e social que existe no país. Todos os dias nas nossas instituições, nos nossos restaurantes, nas nossas ruas e até mesmo nas nossas casas, convivemos com diferentes línguas, culturas e hábitos sociais, com pessoas vindas de todas as partes do mundo, que se vêm juntar à própria diversidade que já existe no país. E aceitamos, acolhemos, e aprendemos a viver nesta diversidade, embora lamentavelmente, um ou outro país, ainda faça sair o chamado "travel warning" para que os cidadãos deles não venham a Timor-Leste, como se fôssemos o Paquistão, Iraque ou Afeganistão.

Falando de países estrangeiros, permitam-me abordar a nossa **política internacional**.

Durante estes últimos anos, temos consolidado, de uma ou doutra forma, as nossas privilegiadas relações com os Países da CPLP.

Também este ano, temos andado ocupados com o processo de adesão formal à ASEAN e esperamos que, em breve, possamos aceder a este importante Fórum Regional.

Temos sido Observador activo, no Fórum das Ilhas do Pacífico, tendo já explorado algumas oportunidades de cooperação e acreditamos que haverá, no futuro, mais campos de entendimento. Somos membro fundador do Diálogo Pacífico Sudoeste e membro do Grupo de Estados Africanos, Caraíbas e Pacífico e União Europeia.

Como todos sabem, fui recentemente a Juba, capital do Sudão do Sul. No dia em que chegámos, estavam os sudaneses do sul a celebrar 100 dias de Estado independente, satisfeitos por tão cedo poderem ser anfitriães de um evento internacional, o Retiro Interministerial do g7+.

Logo no início, aprovou-se a entrada de mais dois países, a Guiné Equatorial e Togo, perfazendo agora 19 países, considerados frágeis. A Guiné-Bissau pediu para ser o país anfitrião num dos próximos eventos do grupo, para ajudá-los a debater melhor os seus problemas.

Para além da própria estruturação e dinâmica de acção, o Retiro debateu o projecto de um "New Deal" (um novo arranjo) para se obter uma melhor eficácia da Ajuda Internacional. Em Julho de 2010, houve, em Díli, um Diálogo Internacional sobre "Construção da Paz e Construção do Estado" e uma reunião preliminar do g7+, que hoje tomou mais dinamismo e o grupo está determinado a fazer ouvir a sua voz. E, no fim deste mês, vai haver em Busan, Coreia do Sul, o IV Fórum Internacional sobre a Eficácia da Ajuda Internacional e o grupo g7+, liderado por Timor-Leste, vai também estar presente.

Senhoras e senhores,

De 2007 a 2011, Timor-Leste deu passos largos no sentido da boa governação e transparência do sector público:

- Estabeleceu a **Comissão da Função Pública**.
- Estabeleceu a **Comissão Anti-Corrupção**.
- Reforçou as competências do **Gabinete do Inspector-Geral** e reforçou a capacidade da Procuradoria-Geral da República.
- Estabeleceu a **Câmara de Contas** do futuro Tribunal Superior, Administrativo, Fiscal e de Contas.
- Estabeleceu um sistema financeiro integrado para melhor monitorização da execução orçamental e processos de aprovisionamento e tornou-o de acesso público através do **Portal da Transparência e do Portal do Aprovisionamento**.
- Subiu 19 posições na classificação mundial da transparência internacional que é medido pelo **Índice de Percepções de Corrupção**, entre 2009 e 2010.
- Recebeu o estatuto de conformidade total com a **Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas**, o terceiro país em todo o mundo a conseguir este estatuto. Este reconhecimento a nível internacional permitiu sermos eleitos para um segundo Mandato como Membros do Conselho Internacional da ITIE.
- Foi reconhecido no primeiro índice de sempre da Revenue Watch como um Governo com **Transparência Abrangente ao nível das Receitas**.
- Aumentou as **receitas petrolíferas** em 38% entre 2009 e 2010.
- Alcançou **taxas de execução orçamental bastante satisfatórias**, que têm vindo a aumentar extraordinariamente desde 2007, sendo que a execução orçamental só na categoria de capital de desenvolvimento, entre 2006/7 e 2011,

teve um aumento de 3.413%. **A taxa de execução orçamental em 2009 foi de 89% e em 2010 de 91%**. Estima-se uma taxa de execução orçamental de, pelo menos, 95% em 2011.

Estas reformas, acompanhadas de um aumento de investimento público, fizeram com que Timor-Leste tivesse em 2008 e 2009, as taxas de **crescimento económicas mais elevadas não só da região mas do mundo**, de 12,7% e 12.9% respectivamente, apesar da grave crise financeira global.

Claro que o crescimento económico só é um progresso válido se for acompanhado por melhorias substantivas do modo de vida das pessoas. Alguns indicadores medem estas melhorias, como:

- O alcance dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio no que diz respeito às taxas de mortalidade infantil e de crianças abaixo dos cinco anos. Os **indicadores de saúde** estão a melhorar rapidamente, sendo que 78% das crianças são actualmente tratadas relativamente a doenças básicas e 86% das mães recebem cuidados pré-natais, um aumento de 41%.

- O Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2010 mostra que Timor-Leste subiu 11 posições desde 2005, com Timor-Leste a situar-se actualmente na categoria de **desenvolvimento humano médio**.

- Já o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011, do PNUD, mostra que Timor-Leste aumentou novamente o seu Índice de Desenvolvimento Humano, melhorando em 22%, entre 2001-2011. O relatório salienta o positivo e sustentável crescimento e desenvolvimento de Timor-Leste, destacando alguns indicadores como é o caso do **aumento da esperança média de vida dos timorenses**.

- O Relatório sobre Direitos Humanos em Timor-Leste, das Nações Unidas, demonstrou avanços no sector da justiça com potencial para Timor-Leste tornar-se um **líder regional e global ao nível dos direitos humanos**.

Não posso ainda deixar de mencionar outras concretizações, no passado recente, que contribuem para transformar Timor-Leste numa sociedade mais desenvolvida. A saber:

- Quanto ao **Programa MDG-Sucos**, com um investimento de $65 milhões em 2011, eu sei que há muitas dúvidas sobre a capacidade da sua implementação. No mês de Maio foi promovida uma reunião geral com os chefes de suco de todo o território, para se explicar com clareza a razão de ser do programa.

E aproveito esta oportunidade também para explicar ao público em geral que as habitações do Programa MDG-Sucos não podem ser construídas como foram as casas sociais para famílias pobres.

As habitações dos MDG-sucos correspondem aos Objectivos do Milénio (que consideram casa decente, água, saneamento, luz, acesso à saúde, à educação e ao mercado). É precisamente por causa disso que, na discussão com as comunidades, se colocaram os seguintes critérios: fonte de água, suficiente e permanente, como critério nº 1; terreno,

suficientemente largo, que toda a comunidade aceite; e possibilidades de bom acesso de estrada.

Assim, verificou-se que o terreno tem sido o maior obstáculo e foi nesse sentido que já se decidiu iniciar projectos-pilotos, para que as comunidades de outras áreas possam sentir-se motivadas na solução colectiva dos seus problemas. Nós acreditamos que, até ao final de 2012, depois de apresentados os resultados dos projectos-pilotos, se poderá ver alguma mudança positiva, por parte das comunidades em todo o país.

- O **Programa de Desenvolvimento Descentralizado I e II**, com um investimento de $44,3 milhões em 2011, financiaram o desenvolvimento de infra-estruturas de pequena escala e encorajaram o crescimento de empresas de construção civil nos distritos, sub-distritos, sucos e aldeias do país.

Relativamente a este programa também, temos vindo a ouvir sobre a falta de qualidade das obras. A ADN está envolvida neste processo pedagógico de cidadania, junto dos pequenos empresários, exigindo-lhes maior responsabilidade e, devo dizer, esses empresários locais têm aceitado fazer as correcções, o que deve ser reconhecido.

Até ao fim do ano, o Governo tem estado a premiar, com certificados, as melhorias companhias, no intuito de criar uma competição sã, no sector privado ainda em embrião.

Também a este propósito gostaria de mencionar que, neste momento, está em curso o programa "Sensus Fo Fila Fali", para a disseminação dos resultados dos Censos de 2010 a nível local e comunitário. Estes dados vão contribuir para, no futuro, os próprios sucos terem mais conhecimento das suas próprias necessidades e medirem, cada ano, o desenvolvimento integrado do suco, estando as comunidades também em melhores condições de fazer as suas próprias opções e prioridades colectivas.

- No que respeita ao **acesso à educação**, conseguimos que 90% das crianças em idade escolar estejam matriculadas num estabelecimento de ensino básico, antecipando a meta prevista para 2015. Por outro lado, só em 2011, a nível das infra-estruturas escolares, construímos e reabilitámos cerca de 35 escolas e mais de 250 salas de aula do ensino básico e secundário.

- Em 2011, a campanha nacional de **alfabetização** atingiu progressos consideráveis, erradicando-se, até ao final do ano, o analfabetismo nos distritos de Manatuto, Manufahi, Lautém, Aileu e Covalima.

- A **produção e a produtividade agrícola aumentaram substancialmente** no que diz respeito ao arroz e ao milho. Assim, cultivámos cerca de 28 mil hectares com a produção de 64 mil toneladas de arroz e uma produtividade de 2.97/ha e, ainda, cerca de 27 mil hectares que produziu cerca de 30.6 mil toneladas de milho, com a produtividade de 1.41/ha.

- Ainda relacionado com a **segurança alimentar**, desenvolvemos a base de dados do sistema de informação integrada e a recolha regular de informações sobre segurança alimentar nas comunidades, nos 13 distritos.

- **Treinámos mais de 1200 grupos de agricultores** para a prática de agricultura adequada e distribuímos mais de 12.000 exemplares de manuais de informação para os extensionistas agrícolas.

- Continuámos o pagamento das **Bolsas de Mãe** a mais de 15.000 beneficiários, reforçamos o atendimento e a assistência às **mulheres vítimas de maus tratos e crianças em risco** e os pagamentos de pensões aos **Combatentes da Libertação Nacional**, atribuindo ainda cerca de 98 bolsas de estudo aos filhos dos mártires.

- Iniciámos a construção dos 20 Monumentos dos Heróis Nacionais e dos 12 Ossuários e realizámos, no passado dia 20 de Agosto, a **Cerimónia de Desmobilização de 236 Combatentes da Libertação Nacional**.

- Integrámos os **668 estudantes de medicina** que regressaram de Cuba no Sistema Nacional de Saúde e realizámos a cerimónia de declaração da **Eliminação da Lepra** em Timor-Leste.

- A Vice-Ministra da Saúde, é neste momento e durante dois anos, Vice-Presidente do Conselho Executivo da importante **Organização Mundial de Saúde**.

- A transformação da Autoridade Bancária de Pagamentos em **Banco Central**, com responsabilidades específicas no desenvolvimento do sector financeiro, vem comprovar mais um passo importante na consolidação das Instituições do Estado.

- Este Governo investiu ainda no maior programa de sempre de infra-estruturas para o país, ou seja, a **criação de um sistema fiável de produção, transmissão e distribuição de energia eléctrica** que está em fase avançada de construção.

Este projecto inclui o Complexo de Produção de Hera, com uma capacidade de 119,5 MW e o Complexo de Produção de Betano, que terá uma capacidade de cerca de 137 MW. Subjacentes a estes projectos estão as linhas de transmissão que irão formar um anel em torno de Timor-Leste para possibilitar que todos os timorenses, mesmo os que residem nas áreas mais remotas, passem a ter acesso à tão necessária electricidade.

Toda esta Rede Eléctrica Nacional vai ser totalmente terminada nos finais do próximo ano. Entretanto, ainda este mês, Hera pode já abastecer Díli, Aileu, Manatuto, Liquiçá e Gleno e espera-se que, antes do Natal, terminada a sub-estação de Baucau, também Baucau, Lospalos e Viqueque, possam receber energia, a partir de Hera. O complexo de Produção de Betano, que está a começar, assim como as sub-estações de Bobonaro, Suai e Cassa, pode estar a operar antes dos finais de 2012.

É indiscutível a importância deste projecto, pois para além de criar emprego directo e indirecto, abrirá uma série de oportunidades de negócio e atrairá o investimento estrangeiro. O fornecimento regular de electricidade através da Rede Eléctrica Nacional é uma das principais concretizações deste Governo e os seus impactos começarão a ser sentidos entre o final deste ano e meados do próximo ano de 2012.

Excelências
Senhoras e senhores,

Em Janeiro deste ano, vim aqui defender o OGE de 2011. E quero, aqui e hoje, repetir, palavra por palavra, o que disse em Janeiro de 2011.

'Importa aqui ressalvar o seguinte:

1. Esta taxa de execução orçamental vai ser ainda superior, porque de acordo com os padrões internacionais praticados, o fecho das contas é apenas totalmente contabilizado passados dois meses do final do ano financeiro em causa;
2. O governo já não inclui os compromissos, ou 'commitments', nos relatórios de execução financeira. A título de esclarecimento, deve informar que há diferença entre obrigações ('obligations') e compromissos ('commitments');
3. Todos os fundos que não foram utilizados voltam para os cofres do Estado no final do ano, de forma transparente;
4. A despesa é monitorizada diariamente através do sistema de FreeBalance, face à despesa aprovada em Parlamento Nacional, garantindo assim maior transparência e ajuste em tempo real às contingências registadas no país, com maior eficiência dos gastos públicos.'

Existe uma metodologia, talvez arcaica mas muito útil, para acompanhar qualquer processo de desenvolvimento. E o actual estádio de desenvolvimento do país exige que todos os actores, no Estado ou fora dele, compreendam o todo para os ajudar a entender as partes e a partir de cada parte, desse todo, com objectividade. E só quando se compreendem as partes, com clareza, se pode ter uma visão realista do todo do processo.

E esses estádios de desenvolvimento são as conjunturas, que podem ser de âmbito internacional, regional e nacional.

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Distintos Deputados

Senhoras e senhores,

O Orçamento Geral do Estado para 2012 foi programado de forma a estabelecer uma rampa de lançamento para transformar Timor-Leste num país de rendimentos médios-altos, nos próximos 20 anos.

Seguindo à regra, mais uma vez, o quadro legal instituído e usando os adequados instrumentos de planeamento, temos uma **programação orçamental ponderada, transparente e com visão**.

Como os distintos Deputados recordaram, na passada sexta-feira, dia 4, mencionando os encontros dos dias 1 e 2 de Agosto, no Centro de Convenções, o Governo continua apostado na mudança das práticas erradas de gestão e na correcção de mentalidades na Administração Pública e continua também empenhado em incutir uma melhor metodologia de orçamento. Disse aqui, em Janeiro, que o Governo procurou reformular o Orçamento em duas grandes divisões: as despesas recorrentes e as de desenvolvimento. Estamos no bom caminho, quando encaramos as despesas recorrentes que tentamos estabilizar, dando assim maior enfoque no capital de desenvolvimento.

Na fase de construção e consolidação das instituições do nosso Estado, uma metodologia de aritmética de números mais ou menos fixos só revelam a nossa incapacidade de nos ajustarmos, mental e criticamente, às realidades do país.

Os padrões internacionais de orçamentação não devem ser os melhores. Quando todos os dias e em todas as televisões do mundo, vejo as movimentações nervosas da Chanceler alemã Merkel e do Presidente francês Sarkozy, com o Primeiro-Ministro Britânico, David Cameron, tentando dar conselhos, e o rosto assustadiço do Primeiro-Ministro italiano Berlusconi que, há dias, já estava a acenar a bandeira ao FMI e com os gregos numa crise política sem precedentes, pensei que os Estados-membros da Comunidade Europeia não prestaram muita atenção aos padrões internacionais, o que fez com que o Presidente Obama acusasse os europeus de não saberem solucionar os seus problemas desde 2008. Nem o G20, em Cannes, na semana passada, trouxe um sinal de alívio tão intensamente desejado. Hoje, todos os comentários dizem que a Itália pode vir a ser a próxima Grécia.

Nesta conjuntura mundial de crise económica e financeira, perder a consciência de que pertencemos à grande região que é a Ásia, com robustas economias emergentes, é não sabermos colocar-nos no espaço e no tempo.

Excelências,

O Orçamento Geral do Estado para 2012 será o primeiro a reflectir os objectivos de desenvolvimento consubstanciados no **Plano Estratégico de Desenvolvimento**, lançado no passado mês de Julho. O Plano Estratégico de Desenvolvimento que abrange três áreas cruciais para o desenvolvimento da Nação: **o capital social, as infra-estruturas e o desenvolvimento económico**, foi ainda informado pelos dados preciosos dos Censos de 2010, que capturaram o retrato real e objectivo da população e que agora se transformam em políticas sustentáveis de desenvolvimento.

Investir no desenvolvimento em 2012 significa **investir $1.763,4 mil milhões de dólares em políticas sustentáveis para o país**, que irão capitalizar os sucessos já conseguidos até à data, colocando Timor-Leste no caminho pretendido.

Este investimento destina-se sobretudo à construção e manutenção de infra-estruturas essenciais e produtivas, à projecção do sector petrolífero na Costa Sul, ao desenvolvimento descentralizado a nível distrital e local e, claro, ao desenvolvimento do nosso capital humano.

Sabendo que três quartos da nossa população residem em zonas rurais, continuaremos a investir em projectos estruturantes na área da agricultura para aumentar a produtividade do sector agrícola, que juntamente com os PDDs I e II e o PDL, irão promover a criação de empregos para os jovens e adultos que residem nas áreas rurais.

Senhoras e senhores, passo então a descrever as principais linhas orçamentais para 2012:

1. Pretendemos investir **$1.054,4 milhões de dólares em Capital de Desenvolvimento**, aumentando o investimento nesta categoria em 209%, quando comparado com o ano de 2011. Este montante inclui:

    - $746,2 milhões para o Fundo das Infra-estruturas;
    - $52 milhões para os Programas de Desenvolvimento Descentralizado I e II; e
    - $200 milhões para a Capitalização da Companhia de Investimento de Timor-Leste.

O **Fundo de Desenvolvimento das Infra-estruturas**, que foi criado em 2011, com um total inicial de $599 milhões de dólares, para projectos plurianuais e estruturantes para apoiar um país moderno e produtivo, capaz de gerar oportunidades de emprego, irá ter continuidade em 2012.

Se o Fundo das Infra-estruturas e os PDDs já não oferecem novidade, pois continuam a aposta deste Governo na construção e reabilitação de mais e melhores estradas, pontes e portos, sistemas de irrigação, escolas, clínicas e hospitais, redes de energia eléctrica, monumentos e habitações, e infra-estruturas policiais e militares, assim como o importante desenvolvimento de Tasi Mane e outras obras de infra-estruturas básicas a nível nacional e distrital, já a capitalização da Agência/**Companhia de Investimento de Timor-Leste** é uma medida inovadora para o novo ano fiscal.

Esta Companhia irá promover oportunidades de investimento e de crescimento da riqueza nacional, apostando em projectos estratégicos de incidência comercial. Este será o instrumento privilegiado do Governo para transformar a nossa riqueza petrolífera numa economia não-petrolífera, ou seja, aposta na diversificação da economia, promovendo a criação de indústrias e serviços em detrimento da dependência do petróleo e gás natural.

Com uma capitalização inicial de $200 milhões de dólares esta companhia irá iniciar a sua actividade, com uma gestão autónoma, à semelhança da empresa Temasek de Singapura. A criação desta companhia é uma decisão estratégica do Governo, de carácter político e económico, prevista constitucionalmente, onde o Estado, o único accionista, actua ele próprio como um agente económico, intervindo directamente no mercado e catalisando investimento em determinadas áreas económicas.

Potencialmente a CITL irá dedicar-se aos seguintes projectos:

- O Projecto de Cabo Subaquático de ligação à internet ao resto do mundo, usando a melhor tecnologia existente em 2012, melhorando substancialmente o acesso à internet em Timor-Leste.
- Projectos de referência na área do turismo, sobretudo equipamentos hoteleiros e complexos comerciais com produtos de qualidade a preços competitivos, através da exploração de parcerias com vantagens para o desenvolvimento do sector turístico;
- Torres de escritórios e serviços de alta qualidade;
- Outros investimentos estratégicos tais como acesso de passageiros e fretes a preços justos.

2. Pretendemos investir **$344,7 milhões de dólares em Bens e Serviços**, incluindo:

- $30 milhões para o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano;
- $87 milhões para o combustível necessário ao fornecimento de energia eléctrica em todo o país;
- $2,4 milhões para a formação profissional de professores que visam aumentar a competência e o profissionalismo dos professores, o que por sua vez conduz a melhores níveis de ensino para os alunos;
- $6,5 milhões em serviços operacionais do Ministério da Educação, que reflectem sobretudo o programa das merendas escolares;

- $14,5 milhões para os custos operacionais das eleições presidenciais e legislativas;
- $9 milhões para o Fundo de Segurança Alimentar, assegurando a reserva nacional de milho e arroz;
- $1,6 milhões para a Agência de Desenvolvimento Nacional;
- $2,1 milhões para a Comissão Nacional de Aprovisionamento.

A Agência de Desenvolvimento Nacional e a Comissão Nacional de Aprovisionamento, também criadas em 2011 por Decreto-Lei, juntamente com a Companhia de Investimento de Timor-Leste, irão contribuir para uma melhor implementação dos grandes projectos estratégicos de infra-estruturas, assegurando a boa gestão, monitorização e melhor relação custo/beneficio das obras, garantindo que a implementação do Plano Estratégico, no que respeita às obras de capital, seja um sucesso.

Por outro lado, gostaria de destacar nesta categoria de despesa o investimento considerável para a educação e formação técnica e profissional, incluindo o **Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano** que só para Bolsas de Estudo em áreas decisivas ao desenvolvimento, como é o sector petrolífero, a gestão e finanças públicas e a educação, prevê cerca de $11,8 milhões.

O Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, criado em 2011, com um total de $25 milhões de dólares mas cuja quantia irá ser aumentada até $175 milhões durante os primeiros 5 anos, está a desenvolver as competências necessárias - de educação, formação profissional e capacidade técnica – para termos a mão-de-obra necessária ao progresso social e económico da nação, especialmente em áreas estratégicas como a área dos recursos naturais, agricultura, turismo, bem como infra-estruturas, educação e saúde.

Finalmente, também nesta categoria de despesa, chamamos a atenção para as despesas necessárias para garantir que as eleições de 2012 decorram num ambiente justo, democrático, participativo e em segurança. Para tal reservámos uma verba de $8 milhões para o STAE, $1,5 milhões para a CNE e, também, $4 milhões para a PNTL e $0,5 milhões para as F-FDTL e, ainda, $0,5 milhões para a RTTL.

3. Vamos investir **$194,2 milhões** de dólares na categoria de **Transferências**, compreendendo:

- $69,9 milhões para pagamentos ao Combatentes da Libertação Nacional;
- $32 milhões para pagamentos a Idosos com idade superior a 60 anos, abrangendo cerca de 89 mil beneficiários;
- $6,3 milhões para continuar a implementar o Programa de Desenvolvimento Local, favorecendo as comunidades rurais; e também
- $20 milhões para projectos comunitários de incidência rural com o objectivo duplo de melhorar as estradas locais e criar emprego nas zonas rurais.

Investir nas pessoas é investir no futuro deste país, tem sido um dos motes da nossa governação. Por esta razão iremos continuar o nosso programa de transferências públicas, incluindo o pagamento de subsídios aos Combatentes da Libertação Nacional, aos idosos e a outros grupos vulneráveis.

A nossa experiência de governação demonstrou que este tipo de programas de justiça e estabilidade social têm um retorno imensurável para o país. Além disso, aliviar a pobreza da nossa população, de forma directa ou indirecta, constitui-se como uma obrigação moral para qualquer governante timorense, já que devemos ao nosso Povo a eterna dívida da conquista do nosso Estado Independente.

4. O Orçamento de 2012 compreende ainda $**30 milhões para Capital Menor**, onde destacamos a compra de veículos multifuncionais para os centros de saúde, assim como a compra de equipamento médico e hospitalar.

5. Finalmente, alocámos **$140,1 milhões em Salários e Vencimentos**, onde para além das despesas recorrentes nesta categoria, decidimos pelo:

- Aumento dos salários na área da educação, para implementar o regime de carreira dos professores, com um investimento de $2,6 milhões;
- Fortalecimento do ensino superior, através da UNTL, com um investimento de $3,5 milhões;
- Implementação das carreiras especiais dos profissionais de saúde, com um investimento de $3,4 milhões; e
- Transformação dos funcionários temporários em funcionários permanentes, com um investimento de $23,2 milhões em 2012.

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Distintos Deputados

Senhoras e senhores,

O impacto do investimento, que temos vindo a efectuar estes últimos anos, na vida dos timorenses e no funcionamento da máquina estatal, são o melhor indicador da execução orçamental e levam-nos a querer ser ainda mais arrojados para desenvolver o país.

Pela primeira vez, Timor-Leste vai constituir divida pública, com base no **Regime da Dívida Pública** aprovado pelo Parlamento Nacional. Assim, este Orçamento apresenta como **limite máximo de $33,1 milhões**, para contratação de empréstimos para a construção de infra-estruturas estratégicas para o país.

O Governo compromete-se, no entanto, a gerir a divida pública de forma prudente e sustentável, identificando à partida quais os projectos que serão financiados desta forma e que vêm previstos no PED:

- A construção e supervisão da ligação rodoviária: Díli-Manatuto-Baucau; Manatuto-Natarbora; Díli-Liquiça-Tibar-Ermera; e, Maubisse-Ainaro/Same.
- A construção e supervisão da auto-estrada da costa sul, para apoiar o desenvolvimento desta região.
- Construção e supervisão do desenvolvimento do sistema de drenagem de Díli, que resultará numa cidade mais limpa e na redução de inundações.

Iniciamos assim o cumprimento da meta prevista no Plano Estratégico de desenvolver uma extensa rede de estradas para ligar as comunidades, promover o

desenvolvimento rural, a indústria e o turismo e providenciar acesso aos mercados, assim como melhorar o saneamento básico e os sistemas de drenagem, até 2015.

É possível que o Governo, em 2012, recorra ainda a **Parcerias Público-Privadas** (PPPs), cujo quadro político e legal tem vindo a ser desenvolvido, para apoiar os projectos incluídos no PED, como é o caso da construção de projectos de grande dimensão como os Portos e Aeroportos. Sabemos, no entanto, que estes são processos muito complexos e por isso, a serem usadas, serão de forma muito pontual e só para casos em que exista a necessidade de partilha de riscos e conhecimentos especializados internacionais.

Senhoras e senhores,

A estes programas de grandes infra-estruturas, deverá estar associado o desenvolvimento dos nossos serviços bancários e financeiros, de forma a manter um ambiente atractivo ao investimento nacional e estrangeiro e, por essa mesma razão, em 2012 continuaremos a investir em sistemas de crédito e financiamento a longo-prazo, com taxas acessíveis para incentivar o desenvolvimento do nosso sector privado.

Assim, continuaremos também a investir no **Banco Comercial de Timor-Leste**, antigo IMFTL, apostando na componente de apoio aos micro e pequenos empréstimos, prevendo-se para 2012 o aumento do número de clientes em carteira, assim como do número de depósitos e empréstimos, sobretudo a nível distrital.

Senhor Presidente
Distintos Deputados,

As receitas domésticas têm vindo a aumentar gradualmente e espera-se que à medida que a economia cresça e a administração pública melhore, estas receitas aumentem ainda mais. Para 2012, estimamos um valor de **$136,1 milhões** em receitas domésticas, um aumento de 23,6% quando comparado com o ano de 2011.

Continuamos, portanto, a depender das receitas petrolíferas para financiar o nosso orçamento, mas é exactamente para contrariar esta tendência que o orçamento de 2012 foi programado com as prioridades que apresentámos.

O total da riqueza petrolífera, que engloba o saldo do Fundo mais o valor actual líquido das receitas petrolíferas futuras estima-se, à data de 1 de Janeiro de 2012, em **$22,2 mil milhões de dólares.** Segundo o Relatório mais recente do Banco Central, o saldo do Fundo Petrolífero à data de 30 de Setembro de 2011 era de $8.9 mil milhões, estima-se que até final de 2011 seja de $9.4 mil milhões e, no final do ano de 2012, seja de cerca de $11 mil milhões.

O défice fiscal é de **$1.627,3 mil milhões**, o qual é financiado em **$1.594,2 mil milhões de dólares** a partir do Fundo Petrolífero e em **$33,1 milhões** através do recurso à dívida pública. O levantamento que excede os 3% do Rendimento Sustentável Estimado é justificado na medida em que as políticas integradas em 2012 servem o propósito de desenvolvimento sustentável a longo-prazo da Nação.

Gostaria de lembrar que uma das condições necessárias para que o RSE seja realmente sustentável é que a taxa real de rendimento do Fundo seja de 3%. Por esta mesma

razão e com o objectivo de proteger as gerações futuras, a proposta de Lei apresentada, e aprovada pelo Parlamento Nacional, de alteração do Fundo Petrolífero, vem alterar a política de investimento do Fundo, no sentido de diversificação da carteira.

Esta reforma proposta pelo Governo vai proporcionar o **aumento do retorno dos investimentos do nosso Fundo Petrolífero a médio e a longo prazo**, no sentido de conseguimos 3% ou mais, sendo que neste momento o retorno do investimento situa-se nos 2%. Assim, as alterações à Lei do Fundo Petrolífero estabelecem que o objectivo da política de investimento é maximizar o retorno ajustado ao risco, recorrendo ao princípio de diversificação da carteira de investimento do Fundo.

A alteração à lei permite ainda que se invista não menos de 50% dos activos do Fundo em Títulos do Tesouro, e não mais de 50% em acções. Os modelos económicos prevêem que isto dará uma probabilidade razoável de se atingir um retorno real de 3% ao longo do tempo, com um nível de risco aceitável para o Governo, alinhando assim a política de investimento do Fundo Petrolífero com a orientação de despesa orçamental do RSE.

Por fim, permite-se dar 10% do valor do Fundo como garantia em contratos de empréstimo, os quais só podem ser realizados para a **construção de infra-estruturas estratégicas para o desenvolvimento do País**. Esta possibilidade permite a negociação de empréstimos com condições mais favoráveis e permite ainda maior segurança na negociação dos mesmos.

O Governo continua a defender que a única forma de não ficarmos eternamente dependentes do Fundo é através da diversificação da economia, fundamental para a sustentabilidade do crescimento económico. Considera ainda que a responsabilidade de criar empregos é tão essencial como a gestão prudente e responsável do fundo.

Não podemos, portanto, desperdiçar o nosso capital humano, factor principal para o crescimento da economia e, para tal, temos vindo a criar condições para a criação de emprego cujo motor principal deverá estar no Sector Privado e não apenas no Estado.

Ora, é precisamente esta mudança que se quer incutir no País. É aqui que o Governo assume a sua responsabilidade de **criar as condições necessárias para facilitar a iniciativa privada** e transformar a economia numa economia mais forte e competitiva.

O Governo tem que passar a assumir um papel cada vez mais regulador e fiscalizador, criando um ambiente propício ao investimento e induzir os empreendedores do nosso País a participarem mais no processo de desenvolvimento.

Neste sentido, o primeiro dos obstáculos ao desenvolvimento do sector empresarial e industrial, já foi removido. Ao garantir a segurança e a estabilidade no País, o Governo deu mais confiança ao sector privado para investir.

Agora, e através do Plano Estratégico de Desenvolvimento, dos Fundos de Desenvolvimento do Capital Humano e Infra-Estruturas, dos Planos de Desenvolvimento Descentralizado, na aposta de desenvolvimento de Bancos que forneçam crédito ao Sector Privado, entre muitas outras iniciativas, estamos a criar as condições necessárias para multiplicar as oportunidades de desenvolvimento económico do país.

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Distintos Deputados

Senhoras e senhores,

Espera-nos, portanto, um ano importante para Timor-Leste. Um ano de reafirmação da democracia conquistada, um ano de consolidação do desenvolvimento alcançado, e um ano de celebrações de datas históricas que mantêm acesa a identidade timorense, que é única no mundo.

Temos, para o próximo ano, **grandes sonhos, grandes desafios e o início de uma fase de grandes investimentos nacionais**. A implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento acarreta a necessidade de um grande investimento, pelo menos durante os primeiros cinco anos de execução, mas todos sabemos que transformar os sonhos e aspirações do nosso povo em realidade, é um investimento com um retorno incalculável.

Gostaria de terminar relembrando que, no decurso do ano de 2012, iremos receber convidados de todo o mundo, para participar nas nossas comemorações.

Sei que estes altos dignitários trazem grandes expectativas relativamente a Timor-Leste, pois passaram apenas 10 anos desde que saímos dos escombros da destruição e começámos a construir a nossa Nação. Muitas outras jovens democracias que, como Timor-Leste, foram forjadas em situação de pós-conflito não podem ainda regozijar-se dos mesmos progressos que já alcançamos. Somos, neste momento, um caso de sucesso a nível mundial!

Vamos portanto acolher o próximo ano com esperança, com optimismo e com vontade de construir um Timor-Leste melhor para os nossos filhos.

É exactamente neste espírito que peço, aos Distintos Deputados, a vossa colaboração e empenho para fazer deste Orçamento de Estado, um Orçamento para o futuro, um Orçamento para todos os timorenses.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão
9 de Novembro de 2011